

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

GRADUÇÃO EM TEOLOGIA

ROMARIO NOGUEIRA DE SOUZA

EMPODERAMENTO DA MULHER NA IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO BRASIL
A LUZ DA TEOLOGIA FEMINISTA

VITÓRIA-ES

2022

ROMARIO NOGUEIRA DE SOUZA

EMPODERAMENTO DA MULHER NA IGREJA PRESBITERIANA UNIDA DO
BRASIL, A LUZ DA TEOLOGIA FEMINISTA

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de
Artigo como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel em Teologia. Faculdade
Unida de Vitória

ORIENTADOR: VALDIR STEFANINNI

VITÓRIA-ES

2022

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a discriminação da mulher como um fenômeno sócio-religioso que ocorre ao longo da história até os dias de atuais. A motivação para a pesquisa foi a decisão da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), quando em sua 40ª reunião do Supremo Concílio, que contou com a participação de 1400 homens, proibir as mulheres de falarem no púlpito das igrejas e quando necessário, que seja sempre acompanhada de algum líder da igreja. As proposições de estudo para apresentação de proposta de solução nesta área, manejou as possibilidades a partir da Teologia Feminista que tem em seus objetivos a abertura para novos horizontes de inclusão da participação da mulher nos espaços religiosos. O estudo desenvolveu-se, inicialmente, com o histórico de discriminação que a mulher é vítima em todas as esferas da sociedade. Neste sentido é apresentado a Teologia Feminista como um instrumento de reflexão para mudar este quadro e minimizar a diferença, por fim, são expostas alternativas vivenciadas em comunidades religiosas como a existente na Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

Palavras-chaves: Mulher. Discriminação. Empoderamento. Ordenação. Religião.

INTRODUÇÃO

Por que do tema sendo um homem? Basicamente, a partir do conhecimento de inúmeros casos de discriminação das mulheres ainda presentes em muitos espaços religiosos, como o registrado na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), por ocasião da 40ª Reunião Ordinária do Supremo Concílio, ocorrida em Cuiabá-MT, nos dias 24 a 30 de julho de 2022, conforme ata da sessão preparatória encontrada no iCalvinus¹, que impede a prática da pregação feminina no culto público. Por outro lado, venho de uma Igreja jovem, formada a partir de inúmeras perseguições aos pastores e fiéis, impetradas pela cúpula da Igreja² que se tornaram autoritários e abandonaram os princípios democráticos e o presbiterianismo original, excluindo sumariamente os pastores de suas funções eclesiais, em todas as instâncias da denominação, o que impulsionou, em um primeiro momento, criar a Federação Nacional de Igrejas Presbiteriana (FENIP), em 10/09/1978, na expectativa de que oportunamente, houvesse alguma possibilidade de reconciliação, o que não ocorreu e culminou, posteriormente, com a organização da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil³, constituída com princípios de pluralidade e igualdade, na busca permanente de superar as atitudes e enquadrar as pessoas em grupos de superiores e melhores em detrimento de outros, como inferiores e piores, sendo uma Igreja de tradição reformada Calvinista que propõe ser uma Igreja de confissão presbiteriana, e desde a sua origem prima pelo respeito à dignidade com liberdade, aceitando o desafio do pluralismo e diversidade e reconhece o direito a diferentes posicionamentos exegéticos e teológicos, os quais recebem influência de condicionamentos históricos e culturais, mas orientados pelo Espírito Santo em suas transformações. Tais posicionamentos estão expressos, registrados e publicados em seus documentos fundantes que são os “Princípios de Fé e Ordem”⁴, “Pronunciamento Social”, “Manifesto de Atibaia” os Credos dos Apóstolos e no de Nicéia-Constantinopla bem como nos documentos Confissão Escocesas, Catecismo de Heidelberg, Segunda Confissão Helvética, Confissão de Fé de Westminster, Catecismo Menor, Declaração Teológica de Barmen, Confissão de 1967, Confissão de Accra. Sem intenção de subestimar eventuais casos semelhantes de atrocidades discriminatórias com as mulheres na IPU, considero que o caso da IPU á luz da Teologia

¹ IPB. *Digesto da IPB*. [s.d]. Disponível em: <https://sc.icalvinus.app/#/> . Acesso em: 01 nov. 2022.

² IPU. *Jornal da Federação Nacional das Igrejas Presbiterianas (FENIP)*. [s.d]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/15yB2_yIxrHJFVt_BnCcPSqUQVABeuXKN/view . Acesso em 01 nov. 2022.

³ IPU. *Sobre a IPU*. [s.d]. Disponível em: <http://ipu.org.br/about-us/> . Acesso em 01 nov. 2022.

⁴ IPU. *Princípios de Fé e Ordem*. [s.d]. Disponível em: <http://ipu.org.br/principios-de-fe-e-ordem/> . Acesso em 01 nov. 2022.

Feminista tem contribuições valiosas que demonstram uma participação com mais equidade de mulheres e homens nos espaços religiosos e mesmo na sociedade tão injusta.

A pesquisa realizada inicia-se com a apresentação dos relatos históricos fortalecidos e consolidados na sociedade em diferentes épocas retratando a nítida inferioridade da mulher em relação ao homem, desde a sociedade Grega, Romana e atual como se registra, por exemplo, nas letras da música popular brasileira. Destaca-se a descrição do contexto histórico da construção do imaginário judaico, a partir de uma visão da corte de Jerusalém e em contraponto as tratativas que Jesus de Nazaré, apresenta para a nova condição da mulher na sociedade de sua época. Como parte do empenho em resolver o problema referente a desigualdade feminina, segue a exposição dos principais reformadores argumentando o porquê dos impedimentos, ainda mantidos pela Reforma Protestante, mesmo a despeito da ênfase de um dos principais pontos da Reforma, que é o sacerdócio universal dos crentes, posteriormente seguem as ameaças apresentadas pelas organizações religiosas para manter restrições femininas aos mesmos serviços eclesiológicos, que somente são destinados aos homens. Para apresentação da fundamentação do referencial teórico descrevem-se alguns aspectos da Teologia Feminista que apresentam origem, história latino-americana e as interpretações já desenvolvidas. Como parte da proposta de solução, inicialmente é narrado o exemplo do surgimento da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, no ano de 1978, que teve sua origem justamente no período emergente da Teologia da Libertação, que era refutado pelo regime ditatorial vigente no Brasil. Não obstante o cenário político, a nova denominação avança primando, desde o seu nascedouro, pela permissão igualitária em todos os níveis de atividades para mulheres e homens.

Este trabalho traz como pano de fundo a discussão sobre uma característica geral que cerca a chamada área de "estudos de gênero" ou mesmo "estudos sobre mulher" na Teologia Feminista, que implica em uma interpolação entre "ordenação ministerial" e "mulheres e homens".

1 O DESPREZO E A INDIFERENÇA COM AS MULHERES

O referido capítulo descreve como se desenvolveu a discriminação das mulheres conceituando alguns termos utilizados no universo de situações vivenciadas, através de uma breve descrição histórica e com reflexos inclusive na cultura musical atual e pôr fim, a apresentação da problematização do gênero que deveria ser revisto e ampliado para uma igualdade.

1.1 A discriminação histórica que as mulheres sofrem

Ao longo da história a mulher passou por inúmeros tratamentos diferenciados, que tinham o propósito de rebaixar sua existência em relação ao homem, também conhecida como discriminação. A definição da discriminação é:

A discriminação é um processo pelo qual o membro de um grupo socialmente definido é tratado de forma diferente, especialmente injusta, por pertencer a esse grupo, gerando desvantagens e prejuízos. São comportamentos observáveis, atitudes caracterizadas pelo tratamento diferente e desigual de pessoas ou de grupos em razão das suas origens, pertencimentos, aparências ou opiniões, reais ou supostas, e que podem ocorrer em qualquer contexto da vida, seja na escola, em casa, no trabalho, na rua e durante qualquer fase da vida.⁵

Associado à discriminação encontramos outras expressões, que segundo Bastos, manifesta-se no campo das ações como uma expressão do preconceito, que é uma ideia social e historicamente construída sobre algum indivíduo e é feita de acordo com a aparência e o comportamento do mesmo.⁶ Na esfera destas associações descrevemos a definição do que é o estigma:

Além do preconceito, o estigma correlaciona-se com a discriminação na medida em que os atributos do indivíduo levam ao tratamento injusto ou diferenciado em relação aos indivíduos que possuem atributos diferentes. O estigma tem por eixo o sujeito, seu corpo e sua experiência, e se expressa como uma marca, uma diferença de valor negativo que está ligada a desigualdades sociais.⁷

Também é necessário saber o que é ideologia. Fiorin descreve como “[...] as condições da vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama de ideologia⁸”.

⁵ KRIEGER, Nancy, 2001 apud STÜMER BADALOTTI, Tatiana; TOASSI, Ramona F. C.; CELESTE, Roger K. O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma população de adultos. *Physis Revista da Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, e290415, na página 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/dFgCdDyXzmbXjkzYhwSGhtv/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

⁶ KRIEGER, 2019, p. 1.

⁷ KRIEGER, 2019, p. 1.

⁸ FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6º ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

Como parte desta elaboração de ideias discriminatórias contra a mulher, na concepção da sociedade brasileira atual, ainda percebemos inúmeras evidências de preconceito com a mulher, como exemplo a música *Mulher*⁹ (sexo frágil) de Erasmo Carlos, lançada em 1981, que não se restringe no título de “sexo frágil”, como consta na letra da música, mas é visto a valorização apenas da mulher do lar, aquela que é submissa ao seu marido, que não trabalha e apenas cuida da casa, dos filhos e quando ele chega em casa, ele quer ter a mulher apenas para ele, mas como já tiveram filhos, ela tem que alimentá-los e dar atenção, fazendo assim com que o homem seja egoísta ao falar que “quero uma mulher só pra mim”. Desta forma, o fato de ela ser submissa, alimenta-lhe o ego, tornando-a uma mulher perfeita aos seus olhos. Ainda hoje, existem homens que agem desta forma.

Historicamente, depreendemos que no período clássico da Grécia Antiga, Aristóteles escreveu em sua obra intitulada “Política” que “a relação entre homem e mulher consiste no fato de que, por natureza, um é superior, a outra inferior, um governante, outra governada”. Também Aristóteles afirmava “a relação entre homem e mulher é de permanente desigualdade”¹⁰. Ele acrescenta: “Os animais são machos e fêmeas. O macho é mais perfeito, e governa; a fêmea é menos, e obedece. A mesma lei se aplica naturalmente a todos os homens”¹¹. A autoridade do esposo “se impõe sobre a mulher”. Deve-se a Aristóteles muito da linguagem e do universo simbólico que codificaram a história da discriminação da mulher.

O mesmo cenário era vivido na sociedade romana que tinha como fundamento da família a autoridade do pai e assim a família romana, durante séculos, apresentava organização patriarcal. Ele era “o único cidadão total, proprietário, chefe militar e sacerdote”. O lar e a cidade baseavam-se em sua pessoa. O especialista em direito romano tem dito que: “Sem exagero nem paradoxo, a mulher em Roma não era sujeito de direito [...]. A sua condição pessoal, as relações com os parentes ou o marido são da competência da ‘domus’, onde o pai, o sogro ou o marido são os chefes todo-poderosos [...] A mulher é unicamente um objeto.”¹² As ideias são transferidas de geração a geração a partir de uma construção social que recebemos desde os primeiros dias de nascimento, onde existe uma ideia dominante a partir do meio social.

1.2. Contexto Histórico Bíblico

⁹ Mulher. Interprete: Erasmo Carlos. Compositores: Erasmo Carlos e Narinha In: MULHER. Polydor, 1981. 1 CD, faixa 1.

¹⁰ ARISTÓTELES. *Política*. 5ª ed. (tradução de Nestor Silveira Chaves). São Paulo: Atena Editora, 1957, p.12.

¹¹ ARISTÓTELES, 1957, p.19.

¹² PERNOUD, Regine. A mulher no tempo das catedrais p.15.

As três religiões monoteístas, o Judaísmo mais antigo, o Islã e o Cristianismo, mais conhecidas no mundo ocidental assumem que seus deuses tem características masculinas e fortes, além de caricaturas divinas que fazem oposição ao feminino. Por outro lado, apontam para a mulher, como um desvio de sua natureza a sua beleza e os clichês associados ao corpo e também a apresenta como um ser frágil e dependente. Diante deste quadro descrito, cabem aos homens o discurso de domínio, força e inclinação para o bem maior. Ao lado feminino, classificam como qualidades a fragilidade, a sensualidade e a emoção que são relegadas ao desprezo e irrelevantes comparadas com as virtudes masculinas. Nota-se este dualismo nas sociedades de religiões monoteístas. Hoje, sabe-se que no Israel Antigo havia mais de uma divindade, Iahweh não desfrutava de monopólio na religião, por conta dos registros estabelecidos nas Leis daquela época, por seus sacerdotes e também pelos profetas.

Podemos encontrar na própria Bíblia, a presença de outros deuses, no caso a Aserá (Asherah) é identificada entre os versos escritos como a deusa que recebe adoração e em outros textos ela é expulsa do meio das tribos de Israel. Também através de artefatos arqueológicos, são achados objetos com sinais de figura da deusa, que confirmam que os judeus tinham estreitas relações com ela. Todavia, a partir das traduções do hebraico, a deusa, em parte, fica obscurecida, o que contribuiu para chegarmos ao ponto que estamos hoje, com a completa perda da memória de Asherah.

Atualmente, através de pesquisas, sabe-se que a palavra Asherah era representada naquela época por símbolo como “estela”, “poste sagrado”, ora “árvore” ou mesmo “tronco de árvore”, símbolos que não conseguimos hoje, extrair todo o significado para aquele tempo e espaço. A Teologia Feminista questiona a razão para qual os textos bíblicos traduzidos hoje, escolheram esconder certas palavras e mesmo eliminar outras, daí a necessidade de superar os absolutismos teológicos em meio a dúvidas, mas também novas descobertas científicas que impulsionaram novas reflexões para a coletânea teológica. Ao debruçar na Bíblia, sobre a palavra Asherah, os pesquisadores encontraram 40 ocorrências do termo no hebraico bíblico e em alguns casos a figura da deusa pretende concorrer com Iahweh. Desta forma, a frequência da palavra evidencia que a deusa era uma figura do imaginário do povo de Israel, entretanto a partir de um instante da história, para diferenciação dos demais povos, inicia-se um processo de estabelecer uma identidade própria para o povo hebreu com uma cultura e uma religião monoteísta, apagando da memória outras divindades e assim afirmou-se o sacerdócio masculino e o desenvolvimento do patriarcado.

A narração da criação de Adão e Eva e sua queda na narrativa javista¹³, não significaram somente alegorias bíblicas, elas legitimaram todo um arcabouço discursivo acerca do binarismo homem/mulher que alimentou, segundo o filósofo e historiador Leandro Karnal, o maior, mais antigo e deveras mais perverso preconceito histórico: a misoginia.

O preconceito contra a mulher, a misoginia, é sólido e universal. É o preconceito mais antigo, estruturado e danoso de todos... no caso do preconceito contra as mulheres, ele nasce de uma necessidade de afirmar o papel psicológico do homem, de um falocentrismo [...] que precisa excluir a mulher da autoestima.¹⁴

1.3 Problematização do Gênero

Embora entre os principais pontos da reforma protestante esteja o sacerdócio universal dos crentes, este tema ficou restrito para os homens assumirem as mais diversas funções na Igreja e quanto às mulheres, coube permanecerem como auxiliadoras do homem, desempenhando a função de mãe e esposa, sem direito ao ministério ordenado.

Os principais reformadores compartilham da preservação da diferença. Tais constatações são observadas em Lutero que destacou o papel das mulheres como companheiras e ajudantes dos homens, restringindo apenas como esposa e mãe, mantendo-se submissas aos seus esposos. Não há nenhuma permissão divina para a mulher exercer papel de liderança, mesmo aquelas que são rainhas, devem receber ordem de um conselho de homens. Por sua vez, o outro reformador João Knox vai mais longe com a discriminação da mulher, porque para ele qualquer governo liderado por uma mulher é abominação das Escrituras e chega ao ponto de considerar usurpação da autoridade do homem. O ápice foi a publicação de um tratado cujo título era “O primeiro clangor da trombeta contra o monstruoso regimento das mulheres” (1558), mesmo reconhecendo que Deus colocou mulheres notáveis em posição de comando, ele afirma que as mulheres “são fracas, débeis, impacientes, vulneráveis e tolas; e a experiência tem demonstrado que elas são inconstantes, volúveis, cruéis e destituídas do espírito de deliberação e organização¹⁵”. Enquanto Calvino assume um papel ambivalente, porque por um lado reconhecia o silêncio das mulheres, nesse caso interno à Religião, como uma lei humana e não divina, propondo também outro entendimento sobre o

¹³ O documento javista foi escrito no fim do século X a.C., na segunda metade do reinado de Salomão. Ele se apoia em suas tradições orais ou em textos escritos. Esta obra judaica (porque escrita no reino de Judá) reflete, em parte, os ideais da corte de Jerusalém. O ciclo das origens (Gn 2-11) explica antecipadamente que todos os povos da terra têm necessidade de bênção. A bênção, cinco vezes mencionada em Gn 12,1-3, corresponde à maldição cinco vezes mencionada em Gn 2,1-11, onde são sucessivamente amaldiçoados por Deus a serpente, o solo, Caim e Canaã. BRIEND, 1985, p. 8,18-19.

¹⁴ KARNAL, Leandro. *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p. 51.

¹⁵ John KNOX, *The first blast of the trumpet against the monstrous regiment of women* (1558), in: *The works of John Knox*, ed. David Laing, v. IV, p. 366-373, ap. J. D. DOUGLAS, op. cit., p. 103-104.

Gênesis, por afirmar que Eva não foi “dada” a Adão para ter filhos, mas para ser sua companheira, porém, ainda com essas colocações Calvino não rompe com a ideia de sujeição feminina.

Ao estabelecer um diálogo entre gênero e religião¹⁶ Sandra Duarte de Souza (2006) observou que a ascensão pública das mulheres representa uma ameaça, principalmente, no caso das organizações religiosas, onde tem sido cada vez mais crescente a participação das mulheres nas esferas de poder institucional. Ao considerar o caso do “protestantismo histórico”, a autora verificou a presença feminina em lugares anteriormente ocupados somente por homens, como é o caso dos seminários e das faculdades de teologia, bem como a crescente participação feminina em postos antes exclusivamente masculinos, como a posição de bispas, pastoras, presbíteras e diaconisas. Para essa autora, tais mudanças, ainda que lentas, evidenciam um processo de ruptura com a concentração androcêntrica do poder na sociedade.¹⁷

No Brasil, a problematização do gênero iniciou tardiamente nos estudos sobre a religião. Segundo Rubem Alves, na América Latina prevaleceu o pensamento social influenciado por uma representação social que enfatiza o caráter secular da sociedade e apenas no final da década de 70, que deu início às preocupações entre as diferenças de gênero expressadas nas entidades religiosas na forma de participação e pertencimentos. Ao longo das décadas que antecederam este período a maior atenção era para a domesticação dos corpos das mulheres evangélicas. As igrejas evangélicas brasileiras percorrem um caminho no sentido inverso às demais igrejas ao redor do mundo, pois resistem a modernização, *aggiornamento*¹⁸, segundo Ronaldo Cavalcante, a identidade do protestantismo brasileiro está tensionada entre o “entusiasmo carismático” e o “neofundamentalismo radical”.

A relação entre "religião" e "feminismo" certamente apresenta questões e provoca a curiosidade, por falta de informação bíblica e teológica, de quem acredita que essas duas "crenças" ou essas duas "políticas", não têm chance de convivência integrada e sem sentido, o que leva a impedir a participação das mulheres na vida comunitária da Igreja.

Contudo, algumas poucas denominações remanescentes da Reforma, que avançaram na pesquisa e busca de embasamento bíblico e teológico, encontraram perspectivas de avanço para equilíbrio entre mulheres e homens, mesmo após algum tempo para permitir a ordenação

¹⁶ SOUZA, Sandra Duarte (Org.) Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p.34.

¹⁷ SOUZA, Sandra Duarte (Org.) *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p.34.

¹⁸ Aggiornamento é um termo italiano, que significa “atualização”. Esta palavra foi a orientação chave dada como objetivo para o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII em 1962.

de mulheres. Todavia, ainda hoje, em alguns guetos religiosos e em determinadas denominações, lamentavelmente ela não é permitida.

2 UMA TEOLOGIA PARA DIALOGAR COM A RELIGIÃO

Neste capítulo é apresentada em quais circunstâncias a Teologia Feminista surge na América Latina, também são descritos os caminhos já percorridos e as aberturas que são percebidas pelas pesquisadoras latino-americanas, entre elas são citadas Ivone Gebara e Elisabeth Fiorenza, entre outras. Em suma, a Teologia Feminista tem muitas contribuições para as entidades religiosas que se dispuserem sair de seu espaço e chamar as mulheres para refletir juntos novas maneiras de ser Igreja.

2.1. O surgimento e as variações da Teologia Feminista

No final do século XIX, um grupo de mulheres protestante norte-americanas resolveram reunir para estudar a Bíblia, sob a liderança de Elizabeth Cady Stanton, como fruto de uma nova consciência cristã feminina, nasce a *Woman's Bible*¹⁹, que causou um impacto nas comunidades cristãs, na segunda metade do século XX, nos rastros de alguns fatos culturais, políticos e eclesiais, como os movimentos feministas. A Teologia da Libertação elabora os primeiros projetos de uma Teologia Feminista. As mulheres reivindicavam então o seu reconhecimento como agentes ativas dentro da história do cristianismo, e não apenas como era estabelecido, em caráter secundário. Elas buscavam (re) construir, a partir da leitura da Bíblia, uma identidade própria que fora perdida após séculos de interpretações sexistas/machistas. De acordo com Leonardo Boff (2003) e Elisabeth Fiorenza (1992), o pensamento teológico através dos escritos de Paulo, Santo Agostinho e Santo Tomás, acabou por tentar naturalizar a condição de submissão feminina, como se situações históricas pudessem ser cristalizadas. Dito de outra forma, pudessem assumir um caráter imutável. Essas mulheres cristãs, como Elizabeth Cady Stanton (1815-1902), Gertrud Heinzelman (1914-1999) e Mary Daly (1928-2010), entre outras, se constituíram em verdadeiras feministas, pois lutavam dentro das estruturas religiosas por condições de igualdade entre homens e mulheres. Esta luta, na visão de Elisabeth Fiorenza²⁰ seria

¹⁹ LUNEN-CHENU, Marie-Thérèse V.; GIBELLINI, Rosino. *Mulher e Teologia*. São Paulo: Loyola, 1992. p.73.

²⁰ FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. p.17.

potencializada na medida em que as raízes femininas dentro do cristianismo fossem valorizadas/reconhecidas:

Por conseguinte, uma reconstrução feminista da história cristã primitiva tem não apenas objetivo teórico, mas também prático: visa tanto à crítica cultural e religiosa quanto à reconstrução da história das mulheres como história de mulheres dentro do cristianismo. Busca não só minar a legitimação das estruturas religiosas patriarcais, mas também potenciar as mulheres em sua luta contra as estruturas opressoras.

A TF não é única, percebe-se uma variedade de possibilidades e muitas variações e entre os acadêmicos existem três grupos²¹. O primeiro situa-se explicitamente como aqueles de tradição bíblico-cristã e das instituições originárias, buscam exercitar nestes espaços uma nova hermenêutica sobre o olhar da mulher. Uma segunda corrente abrange mulheres que não se situam entre as de tradição bíblico-cristã, movem-se em espaços abertos, chamados pós-cristãos, porque buscam novos horizontes mesmo fora do grupo anterior. Neste grupo estão algumas mulheres que os espaços religiosos não consentiram concessões de suas interpretações femininas. Por fim, uma terceira corrente, são denominadas a “religião da Deusa”, por considerar no plano da história das culturas, ser o “primeiro sexo”, uma vez que a cultura do matriarcado precede a atual cultura do patriarcado, essa corrente abarca o movimento Wicca, das bruxas, a arte das mulheres sábias, que tem o domínio sobre o poder das ervas.²²

A teóloga feminista que mais se destaca no Brasil é Ivone Gebara. A Teologia Feminista (TF) apresentada por Ivone Gebara é radical e crítica, pois ela surge a partir dos princípios das teorias feministas e visa desconstruir os padrões estabelecidos como modelos próprios da natureza ou pretendidos por Deus e logicamente não é aceitável para as religiões que são patriarcalizadas.

No Brasil a TF tem início em meados da década de 1980, significa uma singular investida na composição entre religião e feminismo²³. Essa teologia nasce a partir de um "movimento de mulheres" dentro da Igreja. É uma linha de pensamento teológico e feminista que prova que "reencenando" com originalidade antigas tensões como a da "igualdade" e "diferença" as mais particulares combinações têm lugar, o que não deixa de ser característico de nossa cultura ocidental moderna. Nesse sentido, este trabalho pretende mapear o lugar da reflexão de um grupo de teólogas feministas tendo como referência o "debate feminista atual"

²¹ GIBELLINI. 1992. p.82-89.

²² GIBELLINI. 1992. p.82-89.

²³ Ivone GEBARA, III Semana Teológica – Construyendo nuestras Teologías Feministas. In: *Tópicos 90* – Cuadernos de Estudios, Chile, Ediciones Ruhue Ltda., sept. de 1993, pág. 71-124.

e as linhas mestras do pensamento que o definem, a partir de sua produção e de suas interações.

No Brasil, Gebara afirma que a TF buscou primeiramente o compromisso das mulheres nas lutas populares despertando um interesse especial por personagens femininos que assumem na Bíblia esse mesmo papel de líder na luta pela transformação social. Débora, Míriam, Ruth, Agar, Judith e outras mulheres eram sinônimos de luta por defesa da vida de seu povo.

O segundo momento Ivone Gebara denomina de "feminização dos conceitos teológicos". A participação das mulheres nas reflexões acadêmicas, permitiu que a atenção fosse para a feminizar conceitos patriarcais teológicos que perduravam. Por ser uma Teologia que a sua interpretação estava associada com o contexto, esquadrihava com o olhar de mulher, uma perspectiva feminina da teologia, destacando a importância de redescobrir as expressões femininas de Deus. Neste momento não havia uma crítica ao conceito de Deus e a definição que se tem da identidade da mulher, segundo Gebara assim haveria um desvio da identidade feminina. As características que haveriam de ser fortalecidas eram o maternal, o sensível, frágil, doméstico. Em uma terceira fase, é fundamental repensar as questões da identidade feminina, da cosmologia, da antropologia, e da teologia que sustentam o discurso patriarcal. A Teologia Feminista supõe uma mudança radical na forma de pensar o mundo, as relações entre as pessoas com a natureza e a divindade.

O horizonte analítico que se apresenta nas relações de gênero como vetor da análise, permite compreender como esses embates dividem e atravessam todas as classes e questões sociais. Ainda resta um longo caminho a percorrer para obtermos um equilíbrio. Dessa forma a TF propõe estabelecer novas formas dessas relações, como condição mandatória para a realização da justiça.

2.2. A Teologia Feminista como revolução vital e desafio ético

Vivemos tempos de muitas transformações em diversas áreas da sociedade, dificilmente haverá uma área que não tenha passado por mudanças, sejam nas esferas sociais, culturais, políticas, ciências, econômicas, e por que não as religiosas? Aquelas que ousarem participar do sopro de novos ares desfrutarão de novas emancipações, jamais vistas antes, porque há espaço para muito mais ainda em nosso contexto. O movimento feminista tornou-se histórico e com efeitos avassaladores, até a ONU tomou como objetivo de gestão. Desde o século XVIII, com os movimentos pela democracia, a partir da revolução francesa e da

Europa, os movimentos sociais, como as lutas contra a escravidão, as que sucederam os direitos civis nos Estados Unidos, em 1878, quando do primeiro Congresso Internacional do Direito das Mulheres, havia o lema “Abaixo os deveres sem direito, abaixo os direitos sem deveres!”. Os muitos movimentos de libertação da época serviam de exemplo, exercício para associar ao conceito de libertação à recusa de uma alienação ideológica e por sua vez resgatava a valorização e tomada de conscientização coletiva da dignidade humana restauradora. O movimento dos Direitos Humanos tinha, também entre as feministas, uma tradição moral e religiosa. Posteriormente a Igreja, através do Concílio avalizou as feministas, de tal maneira que “Não existem desigualdades, em Cristo e na Igreja, em função da raça, ou da nação, da condição social ou do sexo”.

Os motivos dos movimentos pela justiça nos últimos anos têm o objetivo de buscar a felicidade, que se impunha como um bem e um direito, simultaneamente, com caráter pessoal, mas também relacional, tanto social como privado, que tinham implicações nas práticas da sexualidade, na saúde, no trabalho, na família, na escola, enfim na vida social. Eis um novo ético, que se tornou possível com a revolução biológica.

Mesmo que a Igreja permaneça sem permitir as mudanças necessárias, elas acontecerão e já aconteceram, porque não dependem da Igreja e ela mesma já não é referência para estabelecer padrões para a sociedade e principalmente para as mulheres, pois se tornaram autônomas, independentes e capacitadas para os muitos desafios que chegarem. Portanto, resta à Igreja, segundo Karl Rahner, prever neste campo uma mudança semelhante àquela que se verificou do *Sillabo* (1864) de Pio IX à constituição *Gaudium et spes* (1965) do concílio Vaticano II e espera que se realize o mais rápido possível a credibilidade da Igreja, como sinal de reconciliação e para a eficácia da sua ação no mundo.

2.3. Apresentação dos avanços realizados

Não são poucos os estudos que provam a ampla participação da mulher na Igreja das primeiras comunidades do cristianismo primitivo, a exemplo de Maria, Febe, Priscila entre outras. Elza Tamez nos informa sobre a probabilidade de ter existido comunidades na Palestina, quem sabe na Galiléia, nas casas-igrejas, onde mulheres lideravam o trabalho local.²⁴

²⁴ TAMEZ, Elsa. *Las Mujeres em el movimiento de Jesús. E-book*. United State: Juanuno. p.129-142. 2020. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/448688069/Las-mujeres-en-el-movimiento-de-Jesus-Lecturas-biblicas-en-perspectiva-feminista#>. Acesso em 01 nov. 2022.

A TF viu a necessidade de realizar uma leitura crítica com relação a Teologia da criação, da redenção, da salvação, de conceitos como sacrifício e pecado, justamente porque a mulher é apontada como aquela que se identifica com o sacrifício, ao utilizar a leitura tradicional e patriarcal e exige uma resignação e renúncia permanente, sustentado por uma visão teológica. Outra área que necessita de repensar teologicamente é a natureza, pois não é possível manter o total desprezo com relação a criação divina, sob o risco de sermos condenados pela própria natureza. Em suma, resgatar a integração com a criação, uma nova relação entre mulheres e homens, um encontro com a Divindade que nos habita e transborda para além de nós mesmas, são experiências fundamentais que buscamos neste fazer teológico.

A Teologia Feminista Latino-Americana está comprometida com a vida abundante e todas as lutas das mulheres, nas múltiplas esferas que estão inseridas, faz uma crítica às teologias, que legitimam a desigualdade e que de alguma forma promovem a discriminação e subordinação das mulheres nas Igrejas, religiões e sociedades, também é uma oportunidade de reler a Bíblia e as diferentes tradições religiosas, a partir da realidade de sofrimento e das perguntas levantadas pelas mulheres no contexto que vivem. É uma teologia plural, feita em comunidade e em diálogo com outras teologias que partem do mundo das/os oprimidas/os.

O caminho percorrido já apresentou muitos resultados, todavia há muito o que alcançar, com o aprofundamento do diálogo com o movimento de mulheres e movimento feminista, permanecer aberta para novas discussões, nos diversos grupos de estudos e as dimensões teológicas dos temas propostos. Esta teologia busca o reconhecimento da mulher com o título de 'cidadania eclesial', incluindo o pleito de ordenação de mulheres, provocando as Igrejas que insistem na inferioridade das mulheres para o exercício desse ministério. A Teologia Feminista não se submete ao lugar de teologia complementar ou a ser um tema dentro da teologia. A Teologia Feminista precisa ocupar diferentes lugares da reflexão teológica. A cristologia, eclesiologia, liturgia, são espaços a serem contemplados. Esta observação se estende a outras áreas e ciências. Outro ponto importante de atenção, que vem sendo considerado na América Latina, são as diferenças e diversidades existentes entre as mulheres. A Teologia Feminista também participa com outras Teologia de Contexto, como a Teologia Negra e Teologia Índia e outras, para se dialogarem juntas, apontam para a busca de novos paradigmas teológicos.

3 EMPODERAMENTO DA MULHER NA RELIGIÃO É POSSÍVEL

Por fim, neste último capítulo são descritas as oportunidades para as igrejas que desejarem permitir que mulheres e homens participem igualmente juntos do serviço ministerial e assim contextualizem as experiências saudáveis e verdadeiramente cristã, sob o prisma de não haver discriminação para as mulheres. Inicialmente como exemplo a Igreja Presbiteriana Unida que desde a sua origem refletiu e partiu para a ação, com a promoção da ordenação feminina em todas as áreas sem distinção e em seguida são apresentadas alternativas para os espaços religiosos que queiram iniciar.

3.1. Possibilidades a partir do exemplo da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

A IPU já nasceu com a instituição de todos os ministérios ordenados, também para as mulheres, com todas as condições iguais aos homens, por entender que todos são chamados por Deus, independente de sexo, raça e origem social. A IPU foi a primeira denominação presbiteriana, no Brasil, a ordenar pastoras. A IPU assumiu o desafio ético de ser Igreja com objetivos igualitários para mulheres e homens, entre outros valores expressos em um dos documentos fundantes, a saber, o Pronunciamento Social²⁵. Desta maneira, é possível promover uma revolução vital na eclesiologia vigentes, concedendo paridade entre mulheres e homens. Abaixo a transcrição do Capítulo VIII, de um dos documentos fundantes da Igreja, denominado “Princípio de Fé e Ordem”²⁶, que trata das ordens ministeriais.

CAPÍTULO VIII

DAS ORDENS MINISTERIAIS

Art. 25. Todos os membros da Igreja local participam dos ministérios que Jesus Cristo concedeu à Igreja e exercitam os dons espirituais para a edificação da comunidade. A IPU adota e reconhece sem qualquer sentido de hierarquia e sem distinção de sexo, raça e origem social os seguintes ministérios decorrentes do chamado de Deus:

I – Pastor(a), ordenado(a) vitaliciamente pelo presbitério, a serviço da Igreja local, onde prega a Palavra de Deus, preside a celebração dos sacramentos, é servidor da apostolicidade e da unidade do ensino, do culto e da vida comunitária. Tem a responsabilidade de direção na missão da Igreja e sempre em comunhão com os Presbíteros e Presbíteras, os Diáconos e Diaconisas e toda a comunidade, zela pelo exercício regular dos vários ministérios da Igreja.

II – Presbítero(a), ordenado(a) vitaliciamente pela Igreja local, responsável, juntamente com o(a) Pastor(a) pela vida espiritual e disciplinar e pela administração da igreja local, constitui, com o(a) Pastor(a) e os demais Presbíteros e Presbíteras, o Conselho de Presbíteros.

²⁵ Documento elaborado em 1962, por ocasião da Conferência do Nordeste, quando ainda muitos de seus pastores e membros estavam afiliados a igreja mãe (IPB).

²⁶ <http://ipu.org.br/principios-de-fe-e-ordem/>

III – Diácono e Diaconisa, ordenado(a) vitaliciamente pela Igreja local, responsável pela coordenação da ação social e da manutenção do respeito nas atividades da Igreja local, constitui com os demais a Junta Diaconal. Representa, no seio da Igreja, a sua vocação de servo do mundo; sustenta, em nome de Cristo, o combate às injustiças e defende os direitos da pessoa humana. O Diácono e Diaconisa dá o exemplo da interdependência do culto e do serviço na vida da Igreja e leva a cabo um ministério de caridade.

Art. 26. São requisitos mínimos para que o eclesiano possa ser candidato(a) a Presbítero ou Presbítera e Diácono ou Diaconisa, além daqueles eventualmente previstos no Estatuto da Igreja local:

I – dar testemunho de fé cristã.

II – ter conhecimento bíblico e da doutrina Presbiteriana.

III – demonstrar conhecimento dos documentos e bases de fé da IPU, conforme os artigos 2º e 3º dos PFO.

IV – para exercer o presbiterato ou o diaconato, o(a) eclesiano(a) deverá ser contribuinte regular e ter no mínimo 3 (três) anos de membresia na IPU.

Por conta desta abertura regimental em seus documentos de origem, a IPU sempre apresentou uma proposta de ser uma igreja contemporânea ao princípio de igualdade entre mulheres e homens. Inicialmente, os ministérios femininos ordenados na IPU foram o presbiterato e o diaconato. Não obstante, a possibilidade da ordenação ao ministério pastoral as mulheres, somente em 1991, quando houve a ordenação da primeira pastora presbiteriana no Brasil, Reverenda Maria Luiza Rückert, de origem e formação luterana. A primeira pastora com formação própria da IPU foi a Reverenda Sônia Gomes Mota. Ademais, no decorrer dos 44 anos de organização completado neste ano, a Igreja foi dirigida em dois mandatos por uma mulher, a diaconisa Anita Sue Wright Torres, quando eleita como moderadora do Conselho Coordenador da IPU. Outro exemplo, foi no biênio 2015/2017, quando o Conselho Coordenador do Presbitério de Vitória teve a eleição de seis mulheres para ocupar todos os cargos, situação semelhante ocorre em muitos Conselhos de Igreja, que tem a maioria de mulheres. Até mesmo as representações da igreja nacional em entidades e/ou órgãos nacionais ou internacionais são exercidas por mulheres. Nessa Igreja, acreditamos ser um espaço privilegiado para fomentar os estudos, a reflexão e as diversas discussões da temática da Teologia Feminista. E, assim, neste propósito, a partir do resgate de informações iniciado pela análise acadêmica da participação da mulher nas Igrejas Protestantes, fundamentado na concepção bíblico-teológica para uma recuperação do papel da mulher na sociedade contemporânea e na análise de possíveis contribuições em outras denominações para a vida comunitária das Igrejas Cristãs. Objetiva-se este trabalho resgatar experiências protestantes e aspectos relacionais presentes nas Igrejas da IPU, que possibilitem a realização de atividades litúrgicas com as características marcantes possíveis de serem identificadas nas mulheres como: a sensibilidade, o afetivo, a emoção, a corporeidade, o místico e tudo mais que o ser feminino carrega.

3.2. Exposição de alternativas de empoderamento da mulher

A partir das Teologias de Contexto surgiu a possibilidade de diversas interpretações teológicas saírem das convicções dogmáticas e cheguem na representação do significado dos textos canônicos para a realidade social do momento. Na esteira da história, na América Latina rompeu a Teologia da Libertação (TdL) no início da década de 60, inicialmente, a TdL não tinha em sua pauta claramente o contexto social e político, e no clamor por justiça social não incluía justiça e igualdade de gênero. A Teologia Feminista apresentou uma reflexão crítica de como a religião apropriou dos corpos e da sexualidade das mulheres. Por conta do pensamento cognitivo dualista tradicional, que eleva o “espírito” e rebaixa o corpo, restringe às mulheres apenas a responsabilidade pela reprodução da espécie, o que implica à mulher a sua condição biológica. Daí, a utilização de recurso biológico para justificar a reprovação do ordenamento social e religioso dos sexos, recebe severas críticas da Teologia Feminista, que intitula tais organizações como hierárquicas, androcêntricas e excludentes de mulheres.

A diaconia, palavra de origem grega que em diversos momentos foi traduzida como “serviço”, se manifesta através do amor e da solidariedade como ação intermediadora entre as comunidades e organizações com base na fé e a sociedade. Durante muito tempo, o trabalho diaconal esteve associado apenas ao público feminino nas igrejas e nas organizações diaconais e inferiorizado na comparação com as funções administrativas e de gestão. Márcia Paixão afirma que “a feminização da diaconia denunciou esse papel normativo para as mulheres, e essa vinculação com servidão que impede as mulheres de participarem [...] e impede a sua autolibertação e pleno desenvolvimento de decidir e de contribuir nos espaços públicos.”²⁷

A iniciativa da TF é a “diaconia transformadora”²⁸ visto que é expressão da proposta ética-profética ecumênica de comprometimento com a transformação da terra e todos os seus

²⁷ PAIXÃO, 2017, apud DEIFELT, Wanda. Teologia da cruz e diaconia transformadora. Fé, justiça de gênero e incidência pública - 500 anos da reforma e diaconia transformadora. p.57-66. 2017. Disponível em: <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/06/fe-justica-de-generoLivreto-PDF.pdf>. Acesso em 01 nov. 2022.

²⁸ Para Romi BENCKE & Cibele KUSS (2017) “A característica que tem marcado a trajetória ecumênica brasileira é o compromisso com a promoção dos direitos humanos, traduzida em linguagem teológica como Diaconia Transformadora” (p. 81). Pois, “A cruz como um instrumento de tortura aponta para o óbvio: é punição. Ela é consequência de uma vida que questiona normas socioculturais, de práticas igualitárias, de desvinculamentos daqueles poderes hierárquicos que usam a ordem, a religião, a economia e a ideologia para se manter no poder. Jesus morreu na cruz como um perseguido político. Sua vida representava uma ameaça aos poderes de seu tempo. No entanto, dentre as muitas interpretações que a morte na cruz poderia ter tido, a do sacrifício expiatório, vicário, é a que prevaleceu. Essa teologia teve profundas repercussões, especialmente quando igualou piedade com passividade. No entanto, a cruz pode ser ressignificada, apontando para seu potencial libertador e afirmador da dignidade. A cruz é o resultado do ministério de Jesus, de uma vida de diaconia, através de seu serviço profético e transformador” (Wanda DEIFELT, 2017, p. 64).

ecossistemas, de todas as suas realidades e estruturas que fazem força contrária e impedem a concretização da boa-nova de Cristo. Nesse sentido, se a diaconia é o centro do dever cristão ecumênico para exercer o serviço no mundo, com compromisso em combater as injustiças e desigualdades, ele não pode significar “vinculação com sujeição, submissão e com uma teologia do servir e que produziu muitas exclusões e a sua manutenção no cotidiano da igreja seguiu a lógica patriarcal”²⁹. Ora, a hermenêutica teológica patriarcal descarnou o cristianismo de sua vocação diaconal produzindo uma “feminização da diaconia”³⁰ que alocou as mulheres ao espaço de renúncia, dependência, submissão e seus trabalhos considerados como de menor importância para a organização eclesial. Portanto,

podemos dizer que a dimensão diaconal de Jesus é raramente apresentada no discurso teológico. Jesus se apresentou como diácono, fez serviço de escravos/as e de mulheres e pediu que suas seguidoras e seus seguidores fizessem o mesmo, mas esse ensinamento ficou completamente à margem. Quando o discurso teológico enfatiza essa teologia do servir para a diaconia e não apresenta a proposta libertadora de Jesus contida na diaconia, a igreja legitima a ideologia patriarcal, as estruturas de dominação onde algumas pessoas são chamadas para servir e outras pessoas para exercer poder.³¹

3.3. Avanços que ainda não aconteceram

Existe uma veia enorme para novas reflexões e direções para o ministério feminino. Novos caminhos serão abertos com a Teologia Feminina, para capacitar as mulheres para desfrutar plenamente o serviço de Deus e ao povo carente. Segundo Sobrino, “a recuperação dos testemunhos históricos de mulheres e as pesquisas sobre suas vidas, experiências e pensamentos”³². A reflexão sobre os escritos e as biografias tem uma grande mística, pois essas vida e escritos compartilham histórias pessoais, denotam uma experiência profunda, radical e sincera com o divino.

Assim, o texto bíblico que diz: “Assim sendo, não pode haver judeu, nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vocês são um em Cristo Jesus” (Gl. 3.28) é uma verdade teológica, que ainda não foi encarnada como realidade na vivência comunitária.

²⁹ PAIXÃO, 2017, p.73.

³⁰ PAIXÃO, 2017, p.73.

³¹ PAIXÃO, 2017, p.74.

³² Sobrino, escreveu extensivamente sobre a necessidade de uma “teologia de testemunhos, ao invés de uma teologia de textos”; cf. tb. Sobrino, 1999.

Que outras mulheres surjam, principalmente nos espaços religiosos, para apresentar novas perspectivas hermenêuticas que diminuam as diferenças entre mulheres e homens, a exemplo das mulheres presbiterianas³³ da denominação mais antiga do país, a IPB, que tem em sua direção a teimosia em retroceder e impedir que as mulheres sejam, também, CFR participantes igualmente dos ministérios ordenados.

³³ Carta à IPB sobre a 40a. REUNIÃO DO SUPREMO CONCÍLIO da IPB
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScF_feUff-PHrcwx-dyI927RCT5SUGTIiuduOFbFoTYSN8MDg/viewform

CONCLUSÃO

Em face das questões levantadas, convém afirmar como a mulher, obra divina que integra a criação, tem estabelecido diferentes relações sociais ao longo da história, à luz da Teologia Feminista, procurando a compreensão, a partir do prisma católico, da participação feminina no tecido teológico, buscando destacar, nesta perspectiva, seu rompimento com a submissão imposta pelo patriarcalismo, dando notoriedade à mulher na fé Católica. Assim, consideramos relevante mencionar o seguinte objetivo geral: identificar a relevância da participação de mulheres na história do cristianismo à luz da Igreja. E, para melhor detalhamento deste trabalho, estruturamos os seguintes objetivos específicos: compreender, a partir de um referencial histórico e cristão, bem como, a partir de uma literatura feminista, o papel social feminino; e analisar os fatores históricos e ideológicos que levaram à constituição da Teologia Feminista dentro do cristianismo no Brasil, descortinando algumas razões pelas quais esse campo de estudos teológico torna-se relevante, optou-se por um trabalho de pesquisa bibliográfica abrangente com autores associados com o tema, como uso de caso, foi escolhido o exemplo que a IPU tem dado por mais de 40 anos, permitindo a ordenação feminina e inclusive já teve na sua direção geral uma mulher, exercendo o mandato.

Cabe registrar na conclusão deste trabalho que não existe a pretensão de exaurir ou superar todas as reflexões sobre o tema, mas evidenciar as abordagens e reflexões para auxiliar a intensificação da argumentação à roda da participação da mulher nas vozes mais agudas da teologia cristã, não obstante à forte ideologia patriarcal, que inclusive camufla tal situação.

Concluindo que é imperativo que as mulheres assumam o papel de serem protagonistas destes movimentos, ou elas ignoram por própria conta e risco, ou mesmo deixem a religião nas mãos dos que a usam para oprimir, ou de outra maneira tomem a condução desta missão hermenêutica, compartilhando e descobrindo maneiras de liberar nas democracias pós-modernas as pessoas para assumirem compromisso de participar de reflexões éticas semelhantes.

A Teologia Feminista reconhece que a igualdade entre mulheres e homens está distante da realidade atual, tanto na sociedade, como principalmente na Igreja, contudo através dela é possível apresentar propostas para o estabelecimento de novas maneiras relacionais, que tenham a justiça como fundamental para novas realidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *O Suspiro dos Oprimidos*. São Paulo: Paulus, 1999.
- ARISTÓTELES. *Política*. 5ª ed. (tradução de Nestor Silveira Chaves). São Paulo: Atena Editora, 1957.
- BÍBLIA Sagrada: Nova Almeida Atualizada. São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil. 2017
- CAVALCANTE, Ronaldo. *A Cidade e o Gueto: Introdução a uma Teologia Pública Protestante e o Desafio do Neofundamentalismo Evangélico no Brasil*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.
- DOUGLASS, Jane D. *Mulheres, Liberdade e Calvino*. O Ministério Feminino na Perspectiva Calvinista. Manhumirim: Didaquê. 1995.
- FIORIN, Elisabeth Schüssler. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6º ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Livros técnicos e científicos, 1988. 160p.
- IPB. Digesto da IPB. [s.d]. Disponível em: <https://sc.icalvinus.app/#/>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- IPU. Jornal da Federação Nacional das Igrejas Presbiterianas (FENIP). [s.d]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/15yB2_yIxRHJFVt_BnCgPSqUQVABeuXKN/view. Acesso em 01 nov. 2022.
- IPU. Princípios de Fé e Ordem. [s.d]. Disponível em: <http://ipu.org.br/principios-de-fe-e-ordem/>. Acesso em 01 nov. 2022.
- IPU. Sobre a IPU. [s.d]. Disponível em: <http://ipu.org.br/about-us/>. Acesso em 01 nov. 2022.
- KARNAL, Leandro. *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p. 51.
- KRIEGER, N. *Discrimination and health inequities*. International Journal of Health Services, v. 44, n. 4, p. 643-710, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LUNEN-CHENU, Marie-Thérèse V.; GIBELLINI, Rosino. *Mulher e Teologia*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LUTERO, Martim. *Obras selecionadas*, v. 5, p. 160-169.

PAIXÃO, 2017, *apud* DEIFELT, Wanda. *Teologia da cruz e diaconia transformadora*. Fé, justiça de gênero e incidência pública - 500 anos da reforma e diaconia transformadora. p.57-66. 2017. Disponível em: <https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/06/fe-justica-de-generoLivro-PDF.pdf> . Acesso em 01 nov. 2022.

SOBRINO, J, 2003 *apud* BINGEMER, Maria Clara. *Teologia Latino-Americana: Raízes e Ramos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. p.86.

SOUZA, Sandra Duarte (Org.) *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p.11-27.

SOUZA, Sandra Duarte de. Religião e secularização: o gênero dos discursos e das práticas protestantes In: SOUZA, S. D. (Org.) *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006. p, 29-43.

STÜMER BADALOTTI, Tatiana; TOASSI, Ramona F. C.; CELESTE, Roger K. *O enfrentamento ao fenômeno discriminatório em uma população de adultos*. Physis Revista da Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, e290415, na página 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/dFgCdDyXzmbXjkzYhwSGhtv/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.

TAMEZ, Elsa. *Las Mujeres em el movimiento de Jesús*. E-book. United State: Juanuno. p.129-142. 2020. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/448688069/Las-mujeres-en-el-movimiento-de-Jesus-Lecturas-biblicas-en-perspectiva-feminista#>. Acesso em 01 nov. 2022.